

Por Jorge Wahl

“É importante o participante saber o quanto a sua entidade gasta para alcançar determinado resultado, mas talvez seja de ainda maior importância que saiba claramente o quanto vai para a sua cota”. O comentário é do Diretor da Abrapp, Luiz Alexandre Cure, e foi feito na semana passada, quando se reuniu pela primeira vez o Grupo de Trabalho criado pela Diretoria da Abrapp para tratar da obrigatoriedade que existe hoje de as entidades informarem a rentabilidade bruta e a líquida dos investimentos. A criação do GT decorreu da necessidade de se discutir tal exigência, que vem gerando cálculos complexos e sem a desejável padronização e, por conseguinte, custos desnecessários e falta de clareza quanto aos números apurados.

Afinal, observou Cure, responsável perante a diretoria da Abrapp pelo trabalho a ser desenvolvido pelo GT, deve-se buscar sempre a melhor informação, mas é preciso que esta seja obtida a um custo que se justifique perante o benefício alcançado e que de forma transparente traga esclarecimento e não mais dúvidas.

Nessa primeira reunião o GT escolheu o seu Coordenador. Por proposta de Cure, o grupo se fixou no nome do controller da Abrapp, Antônio Sena. O GT, integrado por profissionais que participam das comissões técnicas nacionais de Contabilidade, Seguridade, Investimentos e Comunicação e Marketing, é composto por Edgar Silva Grassi (CBS PREVIDÊNCIA), Euzébio da Silva Bomfim (FUNCESP), Flávia Nazaré de Souza Barletta (SP-PREVCOM), Vitor Hugo Novaretti (HSBC FUNDO DE PENSÃO) e Willians Vieira Cabral (FUNDAÇÃO ITAU UNIBANCO).

Convite à Previc - Também por sugestão de Cure, foi definido que tão logo o assunto amadureça no GT, a Previc deverá ser envolvida nas discussões, para que haja um alinhamento que torne os trabalhos mais produtivos.

A ideia, explica o Diretor Cure, que propôs a criação do GT, é se chegar a um formato que permita alcançar informações dentro de uma maior padronização, respeitadas as características próprias das entidades. Além disso, vai se buscar também maior clareza e transparência, sempre tendo como meta a máxima qualidade. E na medida do possível desonerar as EFPCs tornando o processo menos complexo, uma vez que não é fácil, especialmente para as entidades que trabalham com fundos condominiais, obter do custodiante o valor bruto. As instituições costumam fornecer apenas o rendimento líquido.

Na verdade não é de hoje que a Comissão Técnica Nacional de Contabilidade se preocupa com o assunto, que não consegue resolver sozinha. De fato é impossível, já que a melhor forma de encaminhar a questão depende de fatores que não se esgotam na contabilidade. A melhor maneira de tratar encontra-se na dependência, por exemplo, se a entidade trabalha com carteira própria ou terceirizada, fundos exclusivos ou não e de uma série de outros elementos que compõem o seu modelo de gestão dos investimentos.

**Fonte:** [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 06.07.2015.